

PS-Açores propõe plano de emergência para colmatar falta de vagas nas creches

O Presidente do Partido Socialista dos Açores, Francisco César, abriu as jornadas parlamentares na Ilha de Santa Maria, ontem, destacando a importância histórica e política do evento.

Nas suas palavras iniciais, expressou o “enorme gosto em estar na Ilha de Santa Maria, a primeira a ser descoberta e a primeira em que estou presente na abertura de umas jornadas parlamentares.”

Francisco César falou aos deputados e os órgãos do partido, frisando os desafios que a região enfrenta e o papel fundamental do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) como a principal força de combate às adversidades. “Temos pela frente desafios significativos e o Grupo Parlamentar é a primeira força de combate”, afirmou.

O líder socialista criticou a abordagem política de “barricada”, caracterizada por uma dicotomia agressiva de bons contra maus, destacando a necessidade de coragem e cooperação e enfatizou que a prioridade para este novo mandato de liderança é a Educação, vislumbrando Um Novo Futuro para a região.

Francisco César destacou que a preocupação com a Educação não se deve ao dano reputacional de estar na cauda dos indicadores sociais e económicos, porém não somos alheios ao facto de os Açores estarem aquém das metas estabelecidas pela União Europeia para 2030. Atualmente, os Açores têm uma taxa de Abandono Escolar Precoce de 21,7%, muito acima da meta de 9%.



O líder dos socialistas açorianos criticou a falta de avanços em projetos de construção de creches e apelou a um reforço significativo do Plano e Orçamento para resolver essas questões. Sobre este assunto, e referindo-se em concreto à recente medida do Chega aprovada no parlamento açoriano, com os votos favoráveis dos partidos da Coligação PSD/CDS/PPM, que discrimina o acesso às creches a filhos de pais desempregados, Francisco César fez um apelo ao Governo Regional para que não implemente medidas que violem o princípio da igualdade.

“O Partido Socialista dos Açores, através de todos os seus deputados, não ab-

dicará de utilizar todos os instrumentos legais disponíveis para impedir tal medida”, garantiu.

O Presidente do PS Açores abordou ainda questões cruciais como rendimento, distribuição do rendimento e pobreza. Os dados são alarmantes: “Nos últimos três anos, o risco de pobreza e exclusão social subiu de 21,9% para 26,1%, com 12% dos Açorianos em privação material e social severa”, destacou Francisco César, salientando que os Açores apresentam a maior taxa de risco de pobreza entre as regiões nacionais, com 26,1%.

Quanto às áreas de Habitação e Infraestruturas, outra das prioridades da

sua liderança, apontou a crise habitacional na região, que apresenta a maior taxa de sobrelotação habitacional e o maior agravamento nesta área em comparação com a média nacional.

No campo da saúde, o líder socialista alertou para os desafios que a região enfrenta, incluindo a elevada prevalência de consumo de drogas entre os jovens. Criticou também a gestão da companhia aérea SATA, especialmente o fecho das lojas de proximidade, que afeta negativamente os mais velhos e menos familiarizados com novas tecnologias.

O discurso de Francisco César sublinhou a importância de uma política inclusiva e a necessidade de discutir soluções concretas para os desafios dos Açores. “Nós queremos governar para todos e não para alguns”, afirmou, reiterando o compromisso do PS em trabalhar pelo bem-estar de todos os açorianos.

O líder socialista concluiu com uma crítica à gestão atual, destacando a necessidade de focar mais nos problemas reais dos Açores e menos em comparações com governos anteriores.

“Os Açores sabem que podem contar conosco. O PS deixa aqui a garantia de falar mais sobre os Açores do que sobre o Governo do PSD/CDS/PPM e Chega”, finalizou.

As Jornadas Parlamentares do PS Açores realizam-se, na ilha de Santa Maria, entre os dias 22 e 24 de julho, e serão centradas na coesão territorial e desenvolvimento socioeconómico de Santa Maria.

PAN faz queixa sobre touradas no TJ

O PAN/Açores remeteu, ontem, uma queixa à Provedora do Telespectador a denunciar a divulgação de eventos tauromáquicos, em particular, touradas à corda, de praça e arraiais taurinos, nos Telejornais da RTP Açores, após garantia dada pela Provedora do Telespectador de que estes conteúdos não voltariam a ser transmitidos por este canal de televisão.

Desde Maio até ao presente, a estação televisiva transmitiu várias reportagens durante o telejornal, em pleno horário nobre, que continham imagens explícitas de touradas e dos respectivos animais feridos e a serem feridos, sem que fossem previamente emitidos, no mínimo, alertas para a transmissão de conteúdos violentos, prevenindo os telespectadores mais sensíveis, sobretudo em função da sua idade, designadamente crianças.

O PAN/Açores denuncia que o canal televisivo faz “tábua rasa” dos preceitos de bem-estar animal, operando contra as linhas estratégicas que o regem, normalizando e até promovendo a violência contra animais em horário nobre, e sem informar os telespectadores das mortes e ferimentos causados nas pessoas e animais.

O partido entende que a RTP Açores, enquanto prestadora de serviço público, tem a responsabilidade e o dever de promover conteúdos que promovam uma cultura de respeito e protecção dos animais, favorecendo a construção de so-



ciudades conscientes e empáticas. Daí ter enviado, em Maio último, um ofício ao canal televisivo a solicitar esclarecimentos sobre este assunto. Porém, ainda não obteve qualquer resposta.

Por conseguinte, o PAN/Açores alerta para a necessidade da revisão dos conteúdos de programação, considerando alternativas que não envolvam crueldade animal, e em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Conselho Geral Independente que devem ser cumpridas.

“É inaceitável que a televisão portuguesa, especialmente a pública, transmita esses conteúdos de apanágio à barbárie animal, sobretudo sem qualquer aviso para a violência das imagens transmitidas. Consideramos fundamental que as políticas de programação dos canais públicos reflitam os valores da sociedade atual, que cada vez mais se opõe à crueldade animal”, afirmou o Deputado e Porta-Voz do PAN/Açores, Pedro Neves.

Chega quer explicações sobre atrasos no “Nascer Mais”

Os deputados do Chega na Assembleia Legislativa dos Açores requereram ontem explicações ao Governo Regional de coligação (PSD, CDS-PP e PPM), sobre os alegados atrasos no programa de incentivos à natalidade, designado por “Nascer Mais”, em vigor desde 2022.

“Se não está a haver seguimento desta medida e os serviços governamentais competentes estão a demorar em dar resposta, queremos saber porquê”, justificaram os parlamentares do Chega, num requerimento entregue no parlamento açoriano, lembrando que “os pais não podem estar a pagar por algo a que têm direito”.

O Chega, que elegeu cinco deputados à Assembleia Legislativa dos Açores, nas eleições legislativas regionais antecipadas de 04 de fevereiro (mais quatro do que nas legislativas regionais de 2000), diz que tem recebido “várias denúncias” sobre a existência de atrasos neste programa, que prevê um apoio de 1.500 euros por criança, para a aquisição de produtos de bem-estar e saúde.

“Considerando que há várias queixas de pais que ainda não receberam respostas sobre o acesso dos seus filhos, nascidos em 2024, e que a Segurança Social não consegue dar resposta aos pais sobre quando o programa estará disponível para todos, o Grupo Parlamentar do Chega enviou um requerimento à Assembleia Regional, questionando o Governo sobre estes atrasos”, refere o partido, em comu-



nicado.

O programa “Nascer Mais” foi criado pelo Governo Regional, por proposta do Chega, mas inicialmente, só abrangia 12 dos 19 concelhos dos Açores (os que tinham perdido mais de 5% da sua população no período entre 2011 e 2012), mas o executivo liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, decidiu, posteriormente, alargar a medida a toda a região.

“Os parlamentares do Chega querem também saber quando é que o programa Nascer Mais vai ser aplicado em todos os concelhos dos Açores e qual o orçamento destinado pelo Governo Regional para esta medida”, insistiram.

O Chega exige também saber quantas crianças, e em que ilhas, já beneficiaram deste incentivo à natalidade no arquipélago.